PODER

Consultas sobre Conselho da Paz

Lula debate com países aliados antes de decidir se integrará o grupo criado por Trump supostamente para resolver o conflito em Gaza

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem consultado aliados para decidir se participa do Conselho de Paz, criado na quinta-feira pelos Estados Unidos para mediar o conflito entre Israel e Hamas e supervisionar a reconstrução da devastada Faixa de Gaza.

A criação do grupo faz parte da estratégia do cessar-fogo do conflito, mediado pelos EUA, em setembro do ano passado. Além do Brasil, países como Argentina, Canadá, Índia, Turquia e Itália foram convidados pelo presidente dos EUA, Donald Trump, a integrar o conselho.

Segundo fontes do Ministério das Relações Exteriores, o Brasil tem discutido com país aliados que também foram convidados a integrar o grupo. Interlocutores do Itamaraty afirmaram, porém, não saber quais chefes de Estado Lula já contatou. Segundo o Planalto, o presidente fez ligações para três líderes entre quarta-feira e ontem.

Também convidada, a Índia manteve conversas com o Brasil ontem. Lula telefonou para o primeiro-ministro Narendra Modi, e os dois discutiram sobre a situação em Gaza.

Ambos defenderam uma reforma ampla da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seu Conselho de Segurança. Até o momento, a Índia também não se manifestou sobre a participação no Conselho de Paz.

Ainda nessa quinta-feira, Lula conversou por telefone com o líder da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas. O presidente brasileiro discutiu os cenários sobre Gaza após o cessar-fogo do conflito entre Israel e Hamas. E destacou pontos cruciais como a soberania da Palestina na perspectiva de reconstrução de Gaza. Esse objetivo também vem sendo proposto por Donald Trump, porém sob uma perspectiva comercial.

Para o republicano, Gaza teria um potencial mercadológico no ramo imobiliário. Segundo ele, a região devastada por causa da guerra entre Israel e Hamas pode se assemelhar a uma "bela propriedade à beira-mar". Ele, inclusive, apresentou um projeto de US$ 25 bilhões que inclui a construção de 180 arranha-céus, resorts e complexos industriais.

"Sou um profissional do ramo imobiliário de coração, e tudo se resume à localização. Eu disse: olhem para este local à beira-mar, olhem para esta bela propriedade", disse Trump, ontem, durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça.

Divergência

Outro ponto de divergência entre Lula e Trump diz respeito ao Conselho de Paz vir a substituir o Conselho de Segurança da ONU. Enquanto o grupo criado pelo americano atuaria sob o comando vitalício dele, a Organização das Nações Unidas opera de forma cooperativa e estaria, de acordo com os discursos de Lula, em prol do multilateralismo.

"Quando esse conselho (de Paz) estiver completamente formado, poderemos fazer praticamente tudo o que quisermos. E faremos isso em conjunto com as Nações Unidas", afirmou Trump, em Davos (**leia reportagem na página 9**).

Ricardo Stuckert / PR

Lula vai avaliar as condições geopolíticas envolvendo o papel da entidade antes de tomar uma decisão

» Lula e Flávio lideram pesquisa

Pesquisa do instituto Apex/Futura indica que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) lideram os cenários de primeiro turno das eleições presidenciais deste ano. Em uma das simulações, ambos aparecem à frente do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que figura em terceiro lugar. No primeiro cenário, Lula lidera com 37% das intenções de voto, seguido por Flávio, com 33,3%. Tarcísio aparece atrás deles, com 10,5%. Na segunda simulação, Lula e Flávio aparecem em empate técnico: o petista registra 35,4% e o senador, 34,3%.

TCU aponta falhas em licitações da COP30

O Tribunal de Contas da União (TCU) identificou irregularidades nas licitações que definiram as empresas responsáveis pela organização da COP30, sediada em Belém, em novembro do ano passado. Segundo o acórdão da corte de contas, falhas nos critérios de seleção permitiram a comercialização de produtos por preços até 1.000% superiores àqueles praticados no mercado.

"Permitir que um parceiro privado explore de forma predatória um mercado cativo, criado por um contrato público, atenta contra a moralidade administrativa e o princípio da busca pela proposta mais vantajosa em sua totalidade", diz a decisão que teve como relator o ministro Bruno Dantas.

Procurada, a Secretaria Extraordinária para a COP30 (Secop) disse que "atenderá às recomendações emitidas no julgamento de hoje, reafirma seu compromisso com a legalidade, a transparência e a boa governança e seguirá colaborando integralmente com os órgãos de controle".

A Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), responsável pelas licitações, afirmou que a estrutura seguia padrões internacionais e que a venda de produtos ajudou a poupar recursos públicos.

"Ressalte-se que os preços apresentados pelas empresas licitadas foram definidos com base em referências técnicas que consideram, além do mobiliário, custos de transporte interestadual, montagem, operação contínua por mais de duas semanas, permanência prolongada dos equipamentos no local e o atendimento a padrões técnicos internacionais exigidos pela ONU."

No processo, a Secretaria Extraordinária para a COP30 argumenta que a receita da venda de produtos reduziu custos para a administração pública. Sustentou ainda que todas as empresas que participaram das licitações tiveram o mesmo nível de acesso a informações do edital.

A OEI citou supostas dificuldades da região em que o evento foi realizado, como distância de grandes centros e infraestrutura limitada para justificar os altos preços. Também disse que a exclusividade cedida às empresas na exploração de comercialização de produtos dentro da COP30 era necessária para garantir a padronização de protocolos de segurança exigidos em conferências da ONU.